

Dai o Senado ter decidido começar pelo princípio, que ainda é a melhor maneira... O sesquicentenário da Independência foi o ensejo.

José Honório Rodrigues e Leda Boechat Rodrigues coordenaram a publicação das grandes sessões das duas Casas, sob o título "O Parlamento e a evolução nacional".

Especial atenção foi dedicada à Constituinte de 1823, reunindo estudos de Barbosa Lima Sobrinho, Homem de Melo, José de Alencar e Rodrigo Octávio Filho, coligidos por Octaciano Nogueira. Ainda José Honório juntaria as atas do Conselho de Estado noutros volumes.

Magalhães Pinto, por sua vez, patrocinou o Seminário sobre Modernização Legislativa e Desenvolvimento Político, bem como co-patrocinou a comemoração do sesquicentenário de instalação do Senado, com uma série de conferências na companhia da Universidade de Brasília. Tudo também editado em volumes.

Flávio Marçílio, criador do Prêmio Poder Legislativo, que coube pela primeira vez a uma monografia de Vicente Barretto sobre o Liberalismo na Independência, viu sua ideia prosseguir por Célio Borja e Marco Maciel. Este festejou o sesquicentenário da instalação da Câmara dos Deputados também na Universidade de Brasília, com outro ciclo de palestras, reunindo de novo parlamentares e políticos, nas exposições e debates abertos ao grande público.

Em seguida, Marco Maciel ampliou consideravelmente estes horizontes publicando a sinopse histórica da Câmara de autoria de Aronso Arnos de Melo Franco, os textos referentes à fundação das Faculdades de Direito igualmente sesquicentenárias em Olinda/Recife e São Paulo e, por último, a série "Perfis parlamentares". Será esta uma obra de maior vulto, com a edição, já feita, dos discursos do José de Alencar político, a serem seguidos pelos de Carlos Peixoto, Nunes Machado, Itaboraí, Saraiva, Ouro Preto, Paraná, Francisco Campos, Gilberto Amado, Otávio Mangabeira, Raul Pilla, San Tiago Dantas e outros vultos do Império e da República.

Trata-se de trabalho apostólico, repita-se. Tem de caminhar com perseverança. Não bastam as visitas dos turistas ao Congresso Nacional, nem as obrigatórias das crianças do curso primário, só obrigatórias há pouco tempo.

Estas deficiências não nos devem desanimar da vocação democrática. Todos os parlamentos mudam. A fisionomia de nenhum deles é igual à de alguns séculos atrás, ou mesmo décadas, após sucessivas crises. O principal consiste em identificar a nossa peculiaridade nacional.

Chega a ser trágico o impasse do Cone Sul da América Latina, o outrora orgulhoso ABC, com as suas elites tradicionais acumulando sucessivos fracassos no ajuste de modelos institucionais para seus países. Mas isto não será um sinal da busca perseverante? A cada fiasco, ocorrem novos impulsos. Mesmo sem encontrar uma saída duradoura, estamos pouco a pouco aprendendo, a duras penas, que não há alternativa sem democracia e que esta é impossível sem Parlamento. Nela e nele, não há impasses longos, nem conflitos que não possam ser rotinizados e canalizados para dinamismo da sociedade e do Estado."

Era o que tinha a dizer.

O SR. FERNANDO CUNHA (MDB — GO. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Deputados, toma corpo, nesta Capital, movimento no sentido de dar representação política a Brasília. Dar voz ao povo do Distrito Federal, para que ele possa ser participante das decisões sobre o seu destino. Ter tribuna para falar, para discutir e até contribuir nas decisões nacionais.

Em verdade, não há sentido na anulação política do povo de Brasília, no impedi-lo até de ser eleito, como o resto do povo brasileiro, que, pelo menos, se não escolhe seus governadores, elege Vereadores, Deputados e Senadores.

Por isso a ânsia de se votar aqui em Brasília. Uma eleição para a Associação Comercial ou para um clube de maior projeção transforma-se realmente em luta política com repercussões nas camadas representativas da cidade, numa demonstração eloquente de que o povo quer votar, de que a cidade está sufocada, à espera do seu momento de desabafo nas urnas. E o faz até quando vota numa entidade classicista ou escolhe a diretoria da escola de samba.

O movimento pela representação política de Brasília tem, assim, bases firmes e sérias e precisa ser ouvido pelos poderes de decisão deste país, pois é a unanimidade de Brasília que deseja fazer-se representar e não se pode frustrar todo um povo.

Mas como seria a representação política de Brasília? Há os que defendem apenas a presença de Senadores, mesmo porque na atualidade é o Senado que legisla para o Distrito Federal. Outros

advogam a tese de que, a exemplo dos Territórios, essa representação deveria ser na Câmara, uma vez que é aqui que estão os delegados diretos do povo.

Achamos, Sr. Presidente, que a representação política do Distrito Federal deva ser a mais ampla possível. Afinal, Brasília hoje é uma coletividade de mais de um milhão de habitantes, podendo assim ter aproximadamente quatrocentos mil eleitores. Cada cidade satélite pode situar-se entre as cem maiores cidades brasileiras, em termos de população. Por que, então, não se permitir a elas ter voz na defesa dos seus direitos e na luta por suas reivindicações?

Por isso defendemos a representação ampla. A mais ampla possível. Uma Câmara de Vereadores em cada cidade-satélite, para discutir e debater os problemas locais. Uma Assembleia Legislativa, representando todo o Distrito e representações na Câmara Federal e no Senado. Ou seja, dar voto a Brasília em todas as instâncias.

E no futuro, quando a normalidade democrática voltar ao Brasil, dar ao povo da Capital o direito de também escolher o seu Governador, para que o Chefe do Executivo de Brasília seja realmente um homem que represente a região, consciente dos seus problemas e com responsabilidade perante os cidadãos da Capital da República.

Aliás, por falar em Governador de Brasília, nestes dias sombrios para a pátria brasileira, em que do alto do Olimpo se escolhem os iluminados que vão dirigir os destinos de cada Estado, em meio a tantas conjecturas, não se falou ainda em Governador de Brasília. Por quê? Será que novamente estaríamos pensando em planejar de qualquer ponto do País um cidadão como o atual Governador ou o anterior, para virem conhecer Brasília quando escolhidos para administrá-la? Ou será que estão destinando Brasília como prêmio de consolação para um dos não escolhidos, resolvendo assim determinada situação política? Dizem até que Brasília estaria diretamente ligada ao problema de Minas Gerais e da ARENA. Se Francelino Pereira não puder ser o Governador de Minas, porque há no Estado montanhês um processo de rejeição contra o Presidente da ARENA, ele receberia como prêmio de consolação o Governo de Brasília. E aqui não há políticos locais para protestar. É difícil acreditar, mas como nos casos anteriores o processo foi algo parecido, não custa agora termos Francelino Pereira como Governador de Brasília.

E o brasiliense como ficará? Como ficará esta cidade e esta região, que procuram se encontrar no destino e no futuro, sem planejamento e sem perspectiva?

Acreditamos que, a par do movimento de representação política do Distrito Federal, deve-se também sensibilizar os setores responsáveis, no sentido de que a gente daqui deseja um homem de Brasília ou da sua região geoeconômica para governá-la. Um homem que conheça todos os problemas desta Capital e suas cidades-satélites. Que conheça toda a problemática dos 140 Municípios que integram a região geoeconômica, para que se possa, então, planejar Brasília e seu entorno e dar prosseguimento aquilo que um dia foi o sonho de Lúcio Costa, Niemeyer e Juscelino Kubitschek. E o que consta, diga-se a bem da verdade, de todas as decisões dos governos após 64, mas que ficou inteiramente no papel, exatamente pelo fato de terem sido escolhidos governadores desligados da região.

Era o que tinha a dizer.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG (ARENA — SE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente. Srs. Deputados, ninguém de responsabilidade neste País está alheio ao que significa, do ponto de vista social, o drama do menor abandonado. A Comissão Parlamentar de Inquérito com que a Câmara dos Deputados, no ano passado, estudou em profundidade a matéria, permitiu que se realizasse uma verdadeira dissecação da condição do menor sem família e sem teto, principalmente nos grandes centros urbanos. Mais grave a situação, porquanto não existe, a rigor, uma política que possibilite a aplicação de medidas a curto e a médio prazos, capazes de enfrentar com decisão o problema, remediando assim, de maneira paulatina, mas segura, esse grave quisto que solapa nossas estruturas sociais. As creches, os orfanatos, os asilos e demais entidades filantrópicas, que sobrevivem à custa de verbas oficiais, não têm sido suficientes para deter a avalanche dos que se procuram em busca de pão e de uma cama para dormir.

Sem dúvida, o menor abandonado é o resultado do crescente pauperismo provocado pela falta de planejamento urbano, cujas origens se encontram na falta de incentivo ao trabalhador rural. Infrutíferos têm sido os esforços no sentido de fixar o homem à terra. Daí a afluência em massa de milhares de famílias que abandonam seus lugarejos, suas vilas, em busca de uma miragem — a de que na cidade grande tudo é mais fácil. Ora, esse sonho quase sempre se transforma num pesadelo para os que vêm de longe tentar a vida nas capitais, e num problema social com toda a corte de misérias, constante desafio às autoridades. As favelas continuam a proliferar e, na sua esteira, o drama do menor abandonado.